

Maternidade precoce: enfrentando o desafio da gravidez na adolescência

O relatório Situação da População Mundial 2013 e todo o material de imprensa e o conteúdo do site a ele relacionados não podem ser circulados até 1000 GMT de quarta-feira, 30 de outubro de 2013.

Todos os dias, 20 mil meninas com menos de 18 anos dão à luz em países em desenvolvimento. Nove em cada 10 desses nascimentos ocorrem dentro de um casamento ou de uma união.

Do total anual de 7,3 milhões de novas mães adolescentes, 2 milhões têm menos de 15 anos; se persistirem as tendências atuais, o número de nascimentos advindos de meninas com menos de 15 pode chegar a 3 milhões por ano em 2030.

O relatório Situação da População Mundial 2013, publicado pelo UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas, destaca os principais desafios da gravidez adolescente e seus graves impactos sobre as meninas em termos de educação, saúde e oportunidades de emprego de longo prazo. O relatório também mostra o que pode ser feito para frear esta tendência e proteger os direitos humanos e bem-estar das adolescentes.

Nas diferentes regiões do mundo, meninas pobres, com baixa escolaridade e residentes em áreas rurais têm maior probabilidade de engravidar do que suas contrapartes ricas, mais urbanas e com mais escolaridade. Meninas de minorias étnicas ou grupos marginalizados, e aquelas que têm pouco ou nenhum acesso à saúde sexual e reprodutiva, também estão em maior risco.

Segundo o relatório, a gravidez tem consequências importantes para a saúde das meninas, uma vez que há maior probabilidade de problemas de saúde quando a gravidez ocorre pouco tempo depois de atingirem a puberdade. Cerca de 70 mil adolescentes morrem anualmente de causas relacionadas à gravidez e ao parto em países em desenvolvimento. As adolescentes que engravidam tendem a originar-se de domicílios de baixa renda e a apresentarem deficiência nutricional.

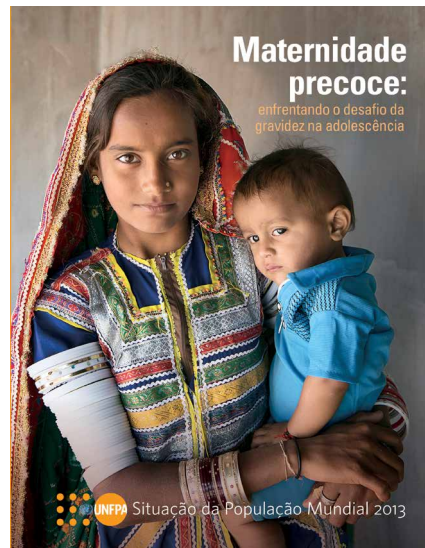
O relatório mostra que as meninas que permanecem na escola por mais tempo são menos propensas a engravidar. A

educação prepara as meninas para futuros empregos e meios de vida, aumenta sua autoestima e *status*, e lhes confere mais voz nas decisões que afetam suas vidas. A educação também reduz a probabilidade do casamento precoce e retarda a concepção, levando, no fim das contas, a nascimentos mais saudáveis.

O relatório aplica a *multilevel ecological framework* (metodologia do marco ecológico multinível, em tradução livre), que mostra que a gravidez na adolescência não ocorre em um vácuo, sendo consequência de uma combinação de fatores, incluindo a pobreza, a aceitação do casamento precoce por comunidades e famílias e esforços inadequados para manter as meninas na escola. Além disso, tais gestações, especialmente entre meninas menores de 15 anos, não resultam de uma escolha deliberada, mas sim da ausência de escolhas e de circunstâncias além do controle das meninas. A gravidez precoce reflete a falta de poder, a pobreza e as pressões por parte dos parceiros, colegas, famílias e comunidades. E, em muitos casos, é resultado de violência ou coação sexual.

Meninas menores de 15 anos têm vulnerabilidades especiais, e ainda não se fez o suficiente para compreender e responder aos desafios específicos e assustadores a elas relacionados, segundo o relatório. Os esforços para prevenir a gravidez entre as meninas maiores de 15 anos, ou para apoiar as adolescentes mais velhas que estiverem grávidas ou tiverem dado à luz, podem não ser adequados ou relevantes para adolescentes mais jovens. Este grupo particularmente vulnerável precisa de abordagens que tratem de maneira estratégica sua situação singular.

A gravidez na adolescência é simultaneamente uma causa e uma consequência de violações de direitos. A gravidez mina a capacidade de uma adolescente exercer seus



direitos à educação, saúde e autonomia. Por outro lado, quando ela é impedida de desfrutar de direitos básicos, também é mais vulnerável a engravidar. Para cerca de 200 adolescentes por dia, a gravidez precoce resulta na mais definitiva violação de direitos: a morte.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, uma pessoa com menos de 18 anos é considerado uma criança. Crianças recebem proteções especiais exigidas pela sua idade. Assegurar essas proteções pode ajudar a eliminar muitas das condições que contribuem para a gravidez na adolescência e atenuar as consequências para a menina, sua família e sua comunidade. Isso ajudaria a acabar com um ciclo vicioso de violações de direitos, pobreza, desigualdade, exclusão e gravidez na adolescência.

O relatório assinala que alguns governos e comunidades têm sido capazes de reduzir a fertilidade dos adolescentes por meio de ações destinadas a alcançar outros objetivos, como manter as meninas na escola, prevenir a infecção por HIV, acabar com o casamento precoce, formar capital humano a partir das meninas, empoderar as meninas para tomarem decisões de vida e defenderem os seus direitos humanos básicos.

Muitos países têm tomado medidas voltadas especificamente para a prevenção da gravidez na adolescência e, em alguns casos, para apoiar as meninas que engravidam. No entanto, muitas dessas medidas se concentraram principalmente em mudar o comportamento da menina, sem abordar as causas subjacentes, como a desigualdade de gênero, a pobreza, a violência e a coerção sexual, o casamento

precoce, as pressões sociais e as atitudes negativas e estereótipos sobre adolescentes. Com frequência, as estratégias não têm levado em conta o papel que os meninos e os homens podem desempenhar no enfrentamento e na prevenção da gravidez adolescente.

O documento Situação da População Mundial 2013 conclama a uma mudança no perfil de intervenções dirigidas às meninas para abordagens amplas que construam o capital humano das meninas, ajudem-nas a tomar decisões sobre as suas vidas, especialmente em matéria de saúde sexual e reprodutiva, e ofereçam-lhes oportunidades reais para que a maternidade não seja vista como seu único destino. Esta nova abordagem deve ter como alvo as circunstâncias, condições, normas, valores e forças estruturais que perpetuam a maternidade precoce, por um lado, e que isolam e marginalizam as meninas grávidas, por outro. As meninas precisam ter acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva e à informação. Elas precisam ser liberadas das pressões econômicas e sociais que muitas vezes se traduzem em uma gravidez, bem como da pobreza, da falta de saúde e da não realização do potencial humano que acompanham a gravidez.

Combater a gravidez indesejada entre adolescentes requer abordagens holísticas. Dadas a dimensão e a complexidade do desafio, nenhum setor ou organização pode enfrentá-lo isoladamente. Os obstáculos a seu progresso só podem ser vencidos por meio do trabalho em parceria com todos os setores, e em colaboração com as e os próprios adolescentes.

Para maiores informações, contate:

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas
Divisão de Informação e Relações Externas
Setor de Mídia e Comunicação
605, Third Avenue
6th Floor
New York, NY 10158
Tel. +1-212 297-4992
E- mail: kollodge@unfpa.org

O relatório completo, em Árabe, Inglês, Francês, Russo e Espanhol, juntamente com reportagens, vídeos, fotografias e outros recursos para jornalistas, encontram-se *on-line* em www.unfpa.org.